

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, julho de 2014, número 79. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Conflitos territoriais entre projetos desenvolvimentistas de ampliação da infraestrutura portuária e comunidades tradicionais no Espírito Santo

ARTIGO DO MÊS

Desenvolvimento territorial e políticas públicas no rural brasileiro: debate paradigmático entre agronegócio e campesinato

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

VII Seminário Estadual de Estudos Territoriais – SEET

II Jornada de Pesquisadores sobre a Questão Agrária no Paraná: abordagens e enfoques metodológicos.

UEPG/Ponta Grossa – Paraná, 28 a 30 de agosto de 2014.

II Congresso Movimentos Sociais e Educação

UESC/Ilhéus - Bahia, 19 a 22 de agosto de 2014.

II Seminário Infância Criança Indígena

UFSCar/São Carlos – São Paulo, 18 a 22 de agosto de 2014.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Revista Eletrônica AGB-Três Lagoas.

Neste Número 19, são apresentados 4 artigos, uma resenha e duas provas da seleção do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas. Assim, oferece-se parcela da produção do conhecimento em Geografia, consolidando-se, em Mato Grosso do Sul, como um dos principais veículos de divulgação da produção científica.

Acesse: http://www.cptl.ufms.br/geo/revista-geo/index_revista.htm.



O milagre Gerson.

Produção e direção:
Stephen H. Kroschel.

A cada refeição podemos estar intoxicando nosso corpo ou nutrindo-o. A Terapia Gerson supre o organismo com mega doses de nutrientes naturais de sucos vegetais e ao mesmo tempo desintoxica o corpo através dos enemas. Revela que nosso corpo, para ter saúde, não depende da indústria farmacêutica e sim de alimentação saudável.

Para ver:

<https://www.youtube.com/watch?v=DcvE-zQ3Gal>.



PodCast Unesp – Pod Territorial.

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.



Editoração: Danilo V. Pereira (bolsista FAPESP), Karin G. S. M. de Souza (bolsista PIBIT/CNPq) e Hugo A. Alves (bolsista PROEX). Revisão: Tiago E. A. Cubas (bolsista FAPESP), Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira (bolsista FAPESP), Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPq), José Sobreiro Filho (bolsista FAPESP), Lara C. Dalpério (bolsista FAPESP) e Rodrigo S. Camacho. Coordenação: Janaína F. S. C. Vinha, Juliana G. B. Mota (bolsista FAPESP) e Valmir J. de O. Valério (bolsista CNPq).

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

CONFLITOS TERRITORIAIS ENTRE PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS DE AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO ESPÍRITO SANTO

Simone Raquel Batista Ferreira

Prof.^a Dr.^a Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Coordenadora do Observatório dos Conflitos no Campo – OCCA
Coordenação do DATALUTA – ES
simone.batistaferreira@gmail.com

Priscila Krause de Almeida

Estudante de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Bolsista do Observatório dos Conflitos no Campo – OCCA
pri_krauze@hotmail.com

Janete de Oliveira

Estudante de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Voluntária do Observatório dos Conflitos no Campo – OCCA
janetholiveira@live.com

Miguel Chaves Saldanha

Estudante de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Voluntário do Observatório dos Conflitos no Campo – OCCA
mcs.86@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Em nosso artigo anterior¹, propusemos uma análise a respeito dos povos e comunidades tradicionais no estado do Espírito Santo, no intuito de focalizar suas lutas pelos territórios, as expropriações territoriais sofridas e também as previstas, em decorrência da implantação de grandes projetos desenvolvimentistas, com destaque à ampliação da infraestrutura portuária em todo o estado.

Atualmente, essas expropriações já estão tomando corpo, e como previsto, comunidades e povos tradicionais estão sendo expropriados de seus territórios pelo capital. Um desses conflitos em curso refere-se à localidade de Regência, situada junto à foz do Rio Doce, no município de Linhares, litoral norte do Estado.

Esta região apresenta grande diversidade cultural e ambiental, e vem sendo palco de diversas investidas do capital, com decorrentes expropriações territoriais. Desde o momento da colonização europeia a expropriação territorial se efetivou sobre seus povos originários, os indígenas Botocudos e Tupiniquins, que tiveram seu modo de vida atropelado pelo modelo de desenvolvimento imposto. Neste caminho, territórios tradicionais foram transformados em grandes propriedades privadas de terra, apropriadas pelos fazendeiros de gado. Posteriormente, por volta de meados dos anos 1950, a mesma região tornou-se central para a exploração de petróleo da empresa Petrobrás, o que causou novas expropriações acompanhadas pela degradação ambiental.

No momento atual, a área junto à foz do Rio Doce torna-se objeto de uma nova valorização do capital, com a projeção de construção de uma infraestrutura portuária, conectada com minerodutos localizados no estado de Minas Gerais. Este projeto vem produzindo situações de conflito territorial com

¹ FERREIRA, S.R.B. e SANDERS FILHO, L.P. Comunidades Tradicionais e disputas territoriais no ES: um estudo a partir do Banco de Dados DATALUTA. In: NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos da Reforma Agrária (coord.). **Boletim DATALUTA** n.67. Presidente Prudente-SP, julho de 2013.

comunidades tradicionais locais, fato que impulsionou nossa atuação em atividades de pesquisa e extensão, que pretendemos apresentar neste breve artigo.

CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL

As margens da foz do Rio Doce reservam riquezas em múltiplos sentidos. Uma região alagada em períodos de cheia do rio, geralmente associados às chuvas de verão e ocorrência das Zonas de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS) e Zona de Convergência de Umidade (ZCOU), também é uma região que passa por processos de estiagem, com a ocorrência de queimadas esporádicas, geralmente nos períodos de inverno. Constituída por um mosaico de paisagens que se aglutinam no encontro do Rio Doce com o Oceano Atlântico, neste ponto do litoral capixaba, a planície deltaica do Rio Doce tem, sobre seus pacotes sedimentares, alguns focos remanescentes de mata atlântica, matas ribeirinhas, restinga, brejos e lagoas. Nos últimos sessenta anos, a implantação de projetos desenvolvimentistas provocou grandes transformações na paisagem, tais como a drenagem de áreas alagáveis por meio de canais, o desmatamento e a expansão dos pastos e das indústrias, dentre outras, que comprometeram a exuberância natural da região.

Rica por sua natureza, a foz do Rio Doce é rica também por sua cultura. Povos originários indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, de pescadores artesanais e camponeses tradicionais usufruem deste espaço de maneira integrada aos ambientes naturais, conforme é possível identificar na Figura 1 .

- Ao norte do Rio Doce, a 25 quilômetros de sua foz, encontra-se a Comunidade Quilombola de Degredo, cujo território é ameaçado pela construção portuária da empresa Manabi, um dos 30 portos previstos para o litoral do estado do Espírito Santo, destinado ao escoamento e exportação de minérios oriundos de exploração situada em Minas Gerais.
- Ao sul do Rio Doce, próximo à foz do Rio Riacho e adjacente à Reserva Biológica de Comboios, encontra-se uma Comunidade Indígena Tupiniquim, cujo território está demarcado pela Terra Indígena de Comboios. Mais ao sul, junto à foz do Rio Riacho, encontra-se a Comunidade de Pescadores Artesanais de Barra do Riacho. Ambas as comunidades foram profundamente impactadas, desde meados dos anos 1960, pela implantação do projeto Aracruz Celulose (atualmente, Fibria), através de: (1) extensos plantios de eucalipto; (2) fábricas de produção de celulose; (3) monopolização dos recursos hídricos da bacia do Rio Riacho pela empresa; (4) transposição hídrica do Rio Doce para o Rio Riacho e para o Rio Comboios, tornando-o poluído e em permanente nível de cheias, o que inviabiliza os cultivos costumeiros de alimentos em suas margens; (5) Portocel, porto construído em Barra do Riacho, destinado à exportação da celulose.
- Em Regência (margem direita do Rio Doce) e Povoação (margem esquerda), encontram-se comunidades de Pescadores Artesanais que interagem com o potente encontro do Rio Doce com o mar, conhecido pelos moradores locais como a “boca do rio”. Esses pescadores são testemunhas da diminuição do pescado e seus territórios serão altamente impactados pela construção do porto anunciado.

- Ainda na margem direita do Rio Doce, a cerca de 8 km de sua foz, encontra-se a Comunidade Indígena de Areal, formada por descendentes de Botocudos que ocuparam a região próxima às Sete Lagoas e que convivem com a atividade de exploração de petróleo de superfície e uma série de dutos que atravessam seu território.
- Próximo à Areal, entre o Rio Doce e o Rio Preto, encontra-se uma Comunidade de Ribeirinhos descendentes de indígenas Botocudos e caboclos, que maneja seus cultivos de diversos alimentos como cacau, mandioca, milho, café e hortaliças em diálogo pleno com a mata ciliar que existe às margens dos rios. Às margens do Rio Doce, esta área apresenta uma grande faixa de terra construída, nos últimos 50 anos, pelas deposições sedimentares do rio em seus períodos de cheias. Estas áreas de cultivos feitos dentro da mata são denominadas pelos ribeirinhos como *Cabruca* e se distribuem pelas faixas de terras supracitadas, na calha do leito regular do Rio Doce. Em meio aos ribeirinhos, existem Camponeses Tradicionais que também compartilham esta faixa de terra e garantem o seu sustento através dos plantios e da criação de animais.

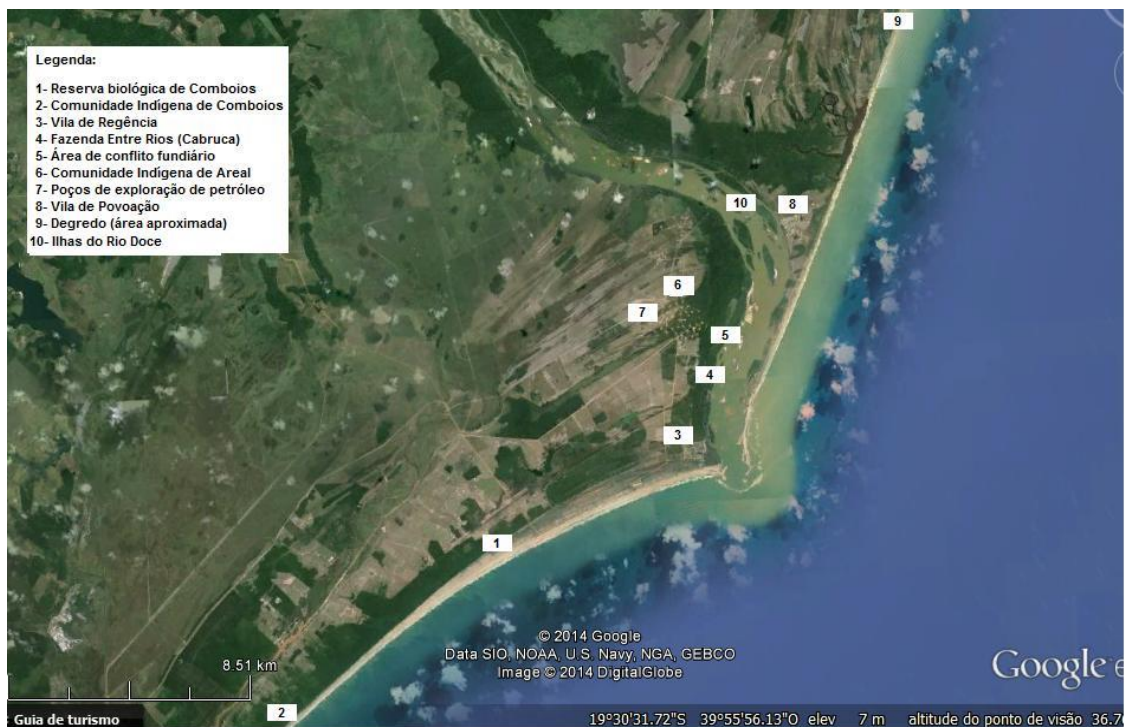


Figura 1 – Contexto socioambiental da foz do Rio Doce

Fonte: SALDANHA, Miguel. Trabalho de Pesquisa, 2014 (mimeo).

Embora todas estas comunidades se encontrem em situação de expropriação territorial, o momento atual acirra o conflito em algumas delas. Entre o Rio Doce e o Rio Preto, ribeirinhos e camponeses tradicionais vivenciam um conflito de cunho fundiário com a empresa União, uma indústria metalúrgica que se estabeleceu no local através de um leilão, onde teria adquirido as terras da antiga empresa Cavalinho Transportes após sua falência. Ao que tudo indica, essas terras ainda constituem posses não regularizadas; no entanto, a empresa afirma ter a propriedade da área, o que revela a imensa pressão territorial efetivada pelos grandes projetos desenvolvimentistas hegemônicos. Esta presença ameaçadora das grandes

indústrias, somada à construção de infraestrutura de exploração mineral e portuária, põe em risco toda a sociobiodiversidade da foz do Rio do Doce.

CONFLITO TERRITORIAL

Segundo Caio Prado Jr. (1979), nas regiões costeiras estabeleceram-se grupos humanos que desenvolveram culturas que se caracterizaram por modos de vida específicos, de grande dependência dos recursos naturais renováveis. Inicialmente, esses grupos foram marginalizados pelo modelo econômico do período colonial brasileiro, baseado nas monoculturas em larga escala destinadas à exportação, e essa marginalização se perpetua, pautada em uma ideologia de progresso e desenvolvimento, que gera frequentes dificuldades para as comunidades tradicionais, que são expulsas de seus territórios, em detrimento da expansão da grande propriedade privada e dos grandes projetos.

Segundo Ferreira (2009), o projeto colonial e moderno iniciou-se a partir da criação dos Estados Modernos Ibéricos (séculos XV-XVI) e sua expansão territorial para outros continentes, onde efetivaram um doloroso processo de dominação e expropriação dos povos originários e seus territórios. A natureza passava a ser transformada em mercadoria e, junto ao tráfico de pessoas escravizadas da África, alimentou o lucrativo comércio colonial que enriqueceu uma determinada classe social europeia em detrimento dos povos originários dos territórios colonizados - que viriam a ser denominados América, África e Ásia.

Não obstante o cenário já vivenciado durante o período colonial, as comunidades tradicionais ribeirinhas e campesinas localizadas às margens da foz do rio Doce encontram-se atualmente em conflito territorial com o projeto desenvolvimentista de implantação portuária ligada à atividade da mineração, acompanhado de outras empresas subsidiárias como a Metalúrgica União, que produz tubulações de aço utilizados como dutos para transportar minérios, petróleo e gás.

A Figura 2 apresenta a infraestrutura portuária já existente e projetada para o litoral do Espírito Santo. Na região próxima à foz do Rio Doce encontra-se o projeto da empresa Manabi e o Porto de Linhares. No município vizinho de Aracruz (ao sul de Linhares), novas estruturas portuárias estão previstas para se agregar ao complexo fabril da Aracruz Celulose (atual Fibria) e o Portocel. Um deles, o Estaleiro da empresa *Jurong Shipyard*, destinado à manutenção de grandes embarcações, tem sua construção em pleno vapor e já consubstancia uma gama enorme de impactos socioambientais em territórios tradicionais da pesca artesanal local. No município vizinho de São Mateus (ao norte de Linhares), mais portos estão previstos, assim como em outros municípios do estado. Neste sentido, o que se assiste é a projeção e efetivação de conflitos territoriais em larga escala entre a logística portuária e as comunidades tradicionais, sobretudo aquelas cujos territórios se encontram na zona costeira.

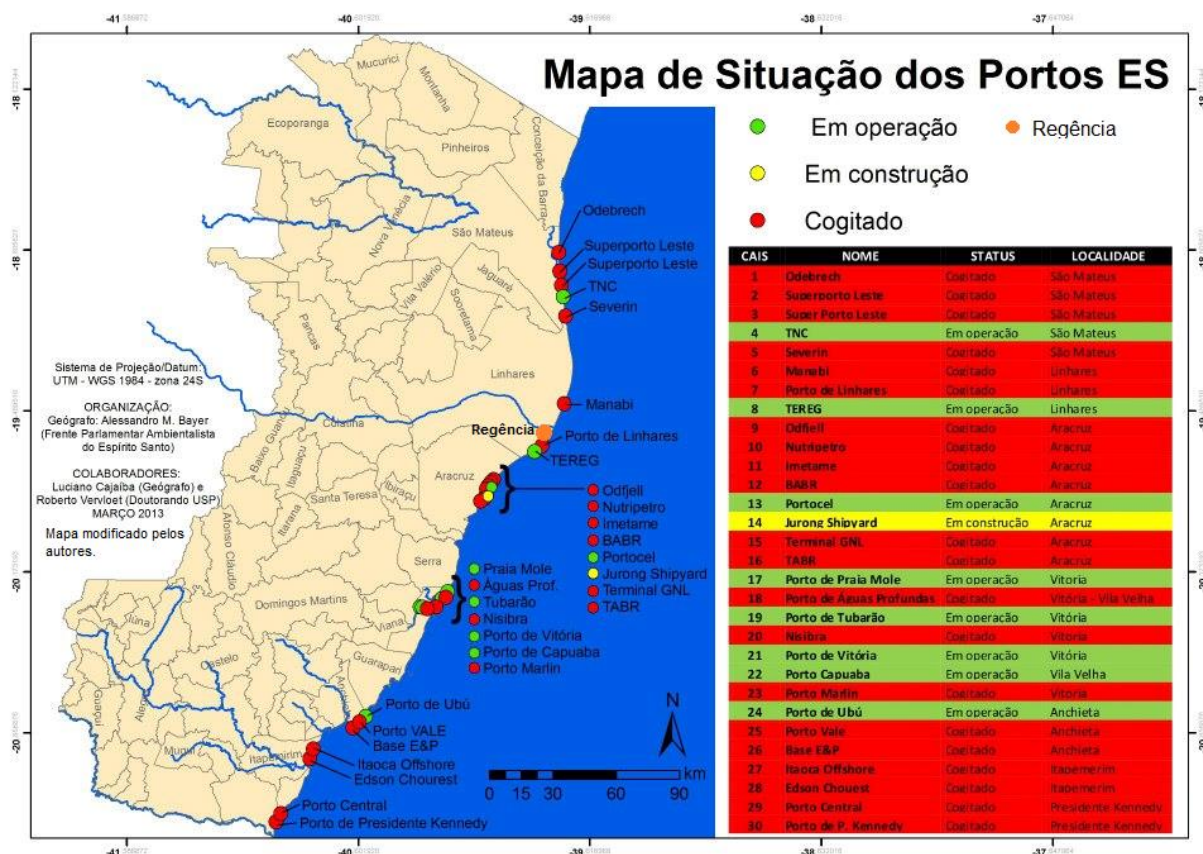


Figura 2: Situação dos Portos no ES – com destaque a Regência (Linhares,ES)
 Fonte: Frente Parlamentar Ambientalista do Espírito Santo.

Diante do exposto, faz-se importante provocar a visibilidade do conflito, no intuito de contribuir para a permanência dessas comunidades em seus territórios de pertencimento e o fortalecimento de suas identidades. Para Rogério Haesbaert (1997), não é propriamente o espaço que forma uma identidade, mas a força política e cultural territorialmente mediada dos grupos sociais que nele se reproduzem. Sendo assim, entendemos que se torna fundamental nossa contribuição no sentido de fortalecer as resistências locais e provocar o Estado a lhes assegurar os direitos que já são reconhecidos.

TRABALHO DO OCCA

O Observatório de Conflitos no Campo (OCCA) é um projeto de extensão da Universidade Federal do Espírito Santo, que surgiu no ano de 2007 com o objetivo de acompanhar e registrar os conflitos agrários no Espírito Santo, cujo registro alimenta o DATALUTA. O projeto realiza, também, estudos e pesquisa a respeito de conflitos territoriais entre projetos desenvolvimentistas e comunidades tradicionais, no intuito de fortalecer suas lutas territoriais. Diante do conflito territorial estabelecido entre a Metalúrgica União e a Comunidade Ribeirinha e Camponesa da foz do Rio Doce, surgiu a demanda por um estudo a respeito do território de uso tradicional da comunidade, no sentido de fortalecer seus direitos.

Para que pudéssemos produzir esse documento, pensamos em uma metodologia que tivesse o aspecto colaborativo, podendo assim abrir espaço para a voz dos próprios sujeitos impactados. Adotamos a pesquisa-ação, a história oral e cartografia participativa como metodologia de pesquisa.

A Pesquisa-Ação potencializou-se através da “Expedição Cabruca” (nome adotado pelo grupo de pesquisa), que se caracteriza pela forma colaborativa, pois é construída pela interação entre a comunidade local e o grupo de pesquisa. Para Dionne (2007), fazer pesquisa-ação tende a levar adiante duas tarefas: a primeira é uma *tarefa de pesquisa*, cujo cunho é desenvolver conhecimentos; e a outra é uma *tarefa de ação*, que tem como objetivo “intervir” em uma situação peculiar, colocando sempre em parceria pesquisadores e sujeitos implicados, que juntos, promovem ações para transformar a situação inicial em uma situação desejada, com base em atitudes e valores democráticos. O pesquisador desempenha um papel importante na análise e na interpretação dos resultados, mas não possui um papel hierárquico na produção do conhecimento, construindo as decisões coletivamente e garantindo aos participantes-atores a manifestação de suas expectativas e a liberdade de expressão.

O uso da História Oral primou-se para compreendermos a história vivida naquele lugar e tomou papel importantíssimo para a autoafirmação dos indivíduos. Neste cenário, busca-se abrir espaço à voz dos sujeitos da pesquisa, que constituem a fonte principal de informação. Segundo Meihy (1996) apud Borges (2012), a História Oral é

um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas. Ela é sempre uma História do tempo presente e também conhecida por História viva. (...) a História Oral se apresenta como forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida, mantendo um compromisso com o contexto social. (p.13).

Com base nisso, a História Oral nos possibilita a elaboração de documentos que outrora não poderiam ser produzidos, constituindo-se como material fundamental para a compreensão do conflito e das relações territoriais. As experiências contadas são registradas através do encontro entre os sujeitos, pesquisado e pesquisador que se encontram, em um elo de diálogo. O primeiro encontro com a Comunidade Ribeirinha e Camponesa da foz do Rio Doce aconteceu em setembro de 2013 e, a partir de outubro se iniciaram as entrevistas, através da Oficina da Memória, onde buscamos levantar informações a respeito das histórias de vida e usos do território em questão. .

Na busca de conhecer o território que pleiteiam os ribeirinhos, utilizamos a metodologia da Cartografia Social, que consiste na elaboração coletiva do mapeamento do território, no intuito de apresentar os usos tradicionalmente praticados, as referências e também a percepção dos processos de mudança: “O uso de novas tecnologias informacionais tem, nos últimos anos, se disseminado em iniciativas de cartografia social e mapeamento participativo”. (COLI, 2010, p.93).

A Oficina de Cartografia Social dividiu-se em 2 momentos. O primeiro constituiu-se de elaboração de um croqui do território feito pela própria comunidade e aconteceu no final de outubro de 2013. Este momento possibilitou o reconhecimento do território tradicionalmente ocupado não só pela Comunidade Ribeirinha e Camponesa da foz do Rio Doce, mas também por outras comunidades tradicionais do entorno. Com esta oficina, pudemos identificar os lugares de uso tradicional, como lagoas, rios e córregos; antigas áreas de floresta e roça; estruturas produtivas como casas de farinha e chiqueiros de porco; cabanas de pesca; locais de moradia, dentre outros elementos. Uma parte destes lugares não se encontram mais sob a posse das comunidades tradicionais, pois foram expropriados por latifúndios da pecuária e por instalações

da Petrobrás. O segundo momento aconteceu em março de 2014 e constituiu-se do georreferenciamento das informações levantadas no croqui elaborado pela comunidade. Aqui, pudemos percorrer todo o território tradicionalmente ocupado pela comunidade e localizar, com o uso do GPS, os elementos desta ocupação. Posteriormente, estes dados foram inseridos no software ArcGis e geraram um mapa do território. Desta maneira, pudemos colocar em diálogo o conhecimento tradicional local e o saber técnico e científico da universidade.

Criando condições para que os grupos sociais apresentem seus próprios territórios de pertencimento e apropriação, a Cartografia Social possibilita produzir a visibilidade de territorialidades ainda não reconhecidas pelo senso comum e nem pelas instituições do Estado. Ademais, no processo de construção da representação dos territórios tradicionais, a Cartografia Social contribui para fortalecer as identidades territorializadas, elemento fundamental no processo organizativo de suas lutas. Nosso estudo a respeito deste território tradicionalmente ocupado será encaminhado ao Ministério Público Federal e à Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, instituições públicas que estão acompanhando este conflito e se pronunciaram a favor da comunidade.

Com este trabalho junto às comunidades tradicionais da foz do Rio Doce, que associa o saber científico e os saberes populares tradicionais, o OCCA pretende contribuir com os processos de resistência territorial em relação à gama de projetos desenvolvimentistas previstos para a zona costeira do estado do Espírito Santo.

BIBLIOGRAFIA

BORGES, V. J. **Modos de realizar estágio curricular supervisionado em geografia: vozes de professores supervisores e professores parceiros na Região Sudeste (Brasil)**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia. São Paulo, 2012.

DIONNE, Hugues. **A pesquisa-ação para o Desenvolvimento Local**. Brasília-DF: Líber, 2007.

FERREIRA, S. R. B.; SANDERS, L. Comunidades Tradicionais e Disputas Territoriais no Espírito Santo: um estudo a partir do banco de dados DATALUTA. **Boletim DATALUTA**, v. 67, p. 2-10, 2013.

FERREIRA, Simone R. B. **“Donos do lugar”**: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. RJ: EDUFF, 1997.

MEIHY, José Carlos S. B.. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.